



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL 0032973-71.2013.4.01.3400/DF

Processo na Origem: 329737120134013400

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APELANTE : JORGE PINHEIRO DE JESUS
ADVOGADO : DF00042191 - KEYTIANE DE JESUS BRAGANÇA
APELANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR : PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
APELADO : OS MESMOS

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA. DEFICIÊNCIA FÍSICA. SEQUELAS DA HANSENÍASE (NEUROPATIA PERIFÉRICA). LESÕES PERMANENTES. DECRETO Nº 3.298/1999. ENQUADRAMENTO. PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

I – Na espécie, restou comprovada a condição do candidato de portador de necessidades especiais, na medida em que é portador de sequelas da hanseníase (neuropatia periférica), comprovada por meio de perícia judicial e dos demais relatórios médicos juntados aos autos, sendo que tal deficiência gera déficit de força muscular da mão e do membro inferior direito, em caráter definitivo, a caracterizar incapacidade para o desempenho de algumas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, nos termos do art. 3º, I, do Decreto 3.298/1999.

II- No que tange à pretensão deduzida pelo autor em seu apelo, assiste-lhe razão, tendo em vista que *“não se afigura razoável aguardar o trânsito em julgado da presente decisão para que se efetivem a nomeação e posse do impetrante, eis que a questão posta nos autos encontra-se em sintonia com a jurisprudência deste colendo Tribunal e do egrégio Superior Tribunal de Justiça, assegurando-se, assim, a garantia dos princípios da eficiência, da moralidade e da razoável duração do processo, conforme preceitua a Lei nº 9.784/99 e os dispositivos insertos nos artigos 5º, inciso LXXVIII e 37, caput, da Constituição Federal, que a todos*

assegura o direito à celeridade na tramitação dos processos judiciais.” (AMS 0002208-83.2014.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, QUINTA TURMA, e-DJF1 de 08/11/2017).

III – Apelação do IBAMA desprovida. Apelação do autor provida para deferir a sua nomeação e posse, independentemente do trânsito em julgado desta decisão, observando-se a ordem de classificação, como pessoa deficiente, no certame em questão.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, **negar provimento** à apelação da IBAMA e **dar provimento** à apelação do autor, nos termos do voto do Relator.

Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Em 10/04/2019.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE

Relator

RELATÓRIO

**O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
(RELATOR):**

Cuida-se de apelações contra sentença proferida pelo Juiz da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da ação ajuizada sob o procedimento ordinário por JORGE PINHEIRO DE JESUS em desfavor do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA, objetivando compelir a ré a reconhecer a sua condição de deficiente físico, a fim de ocupar a 10ª colocação na lista dos aprovados na condição de portador de deficiência, bem como sua nomeação, posse e exercício no cargo de Técnico Administrativo, para o qual foi aprovado no concurso público regido pelo Edital nº 1 –IBAMA.

O juízo monocrático julgou procedente o pedido inicial, para que *“a ré considere o autor como portador de deficiência física em relação ao concurso público realizado para a ocupação do cargo de Técnico Administrativo, regido pelo Edital nº 1 – IBAMA, de 10/08/2012, ocupando a 10ª colocação na lista dos aprovados na condição de portador de deficiência, bem como com o trânsito em julgado, observada a ordem de classificação, proceda a sua nomeação.”* (fls.199/200).

Em suas razões recursais (fls. 202/205), o IBAMA sustenta, em resumo, que *“o autor não apresentou documentação que o enquadre nas condições previstas no Decreto nº 3.498/99 para classificá-lo como deficiente, já que embora portador de hanseníase, não possui alterações clínicas que acarretem prejuízos das suas funções, estando em desconformidade com o artigo 4º, do Decreto 3298/99”*. Requer, assim, o provimento do recurso com a improcedência do pedido inicial.

O autor, por sua vez, em suas razões de apelação às fls. 208/215, defende, em síntese, a necessidade de reforma da sentença recorrida somente no tocante a possibilidade de nomeação e posse no cargo pretendido, independentemente do trânsito em julgado da decisão.

Com as contrarrazões (fl.218), subiram os autos a este egrégio
Tribunal.

Este é o relatório.

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE
APELANTE : JORGE PINHEIRO DE JESUS
ADVOGADO : DF00042191 - KEYTIANE DE JESUS BRAGANÇA
APELANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR : PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
APELADO : OS MESMOS

VOTO

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

(RELATOR):

Na espécie, não obstante os fundamentos declinados pelo IBAMA, não merece prosperar a pretensão recursal, uma vez que a sentença monocrática apreciou e decidiu a questão com acerto, encontrando-se vazada nestas letras:

“(…).

A definição do que vem a ser considerado deficiência para o usufruto do tratamento diferenciado encontra-se no Decreto n.º 3.298/99, posteriormente alterado pelo Decreto n.º 5.296/2004.

Evidente que requisitos outros devem ser observados, como o grau de extensão da deficiência e a compatibilidade desta com as funções a serem exercidas (adequação funcional), o que deve ser avaliado por equipe técnica multiprofissional, nos moldes do art. 43 do Decreto n.º 3.298/99.

Impende consignar, por oportuno, que a qualificação de pessoa portadora de deficiência, em havendo divergência sobre ela, é plenamente passível de exame jurisdicional no que concerne à legalidade do ato impugnado pelo autor, uma vez que cabe ao Poder Judiciário exercer controle externo sobre os atos da Administração Pública.

Nos termos do art. 3º, I, do Decreto n. 3.298/99, "considera-se deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano".

A incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano, em decorrência de sequelas causadas pela hanseníase, foi comprovada por laudo pericial, fl. 194.

Ademais, corroboram também para a procedência do pleito autoral os documentos médicos que acompanham a inicial e a conclusão do DETRAN/DF de fl. 82 (necessidade de adaptações no automóvel).

Por fim, ressalto que a deficiência física ostensiva não é a única que autoriza o candidato a concurso público a se valer do regime do Decreto nº

3.298, de 1999; também tem direito a ele quem sofre limitações resultantes de doença (REsp 1.307.150/DF, DJe 11/4/2013).

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO**, para que a ré considere o autor como portador de deficiência física em relação ao concurso público realizado para a ocupação do cargo de Técnico Administrativo, regido pelo Edital nº 01 – IBAMA, de 10/08/2012, ocupando a 10ª colocação na lista dos aprovados na condição de portador de deficiência, bem como com o trânsito em julgado, observada a ordem de classificação, proceda a sua nomeação

(...).”

Com efeito, impõe-se a confirmação da sentença recorrida, na medida em que o autor é portador de sequelas da hanseníase (neuropatia periférica), comprovada por meio de perícia judicial (fl.194) e dos demais relatórios médicos juntados aos autos (fls.74/82), sendo que tal deficiência gera déficit de força muscular da mão e do membro inferior direito, em caráter definitivo, a caracterizar incapacidade para o desempenho de algumas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, nos termos do art. 3º, I, do Decreto 3.298/1999.

Nessa mesma linha de entendimento, tem se posicionado a jurisprudência deste egrégio Tribunal, conforme se vê, dentre outros, do seguinte julgado:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DO TRE-SP - EDITAL 01/2011 - COMO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. CÂMBRA DO ESCRIVÃO. DEFICIÊNCIA MOTORA CARACTERIZADA. ARTS. 3º E 4º DO DECRETO 3.298/99. VAGA DESTINADA A PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. RECONHECIMENTO DA DEFICIÊNCIA EM OUTROS CONCURSOS REALIZADOS ANTERIORMENTE. PROVAS IDÔNEAS. SENTENÇA REFORMADA.
1. A Lei 7.853/1989, que estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, regulamentada pelo Decreto 3.298/1999, materializou o direito à inclusão social das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido, objetivando dar eficácia plena ao comando da Constituição da República Federativa do Brasil, que garante a todos o acesso aos cargos públicos, devendo o Estado efetivar esse direito mediante a garantia de reserva de percentual de vagas (CF, art. 37, inciso VIII). 2. Nos termos do Decreto 3.298/99, art. 3º, deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho

de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. 3. O inciso I do art. 4º, do mesmo Decreto 3.298/99, considera deficiência física a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, podendo apresentar-se sob a forma de deformidade adquirida. 4. **No caso, o autor comprovou, por meio de laudos médicos, que é portador de Monoparesia e Distonia Focal em membro superior direito - Câibra do Escrivão, que gera limitação motora, em caráter definitivo, com redução da força de pressão, tremor essencial, movimentos distônicos e câibras no membro afetado.** 5. **Esta condição afeta, especialmente, a capacidade de escrever, pois, logo após iniciada a atividade de escrita, o paciente apresenta perda progressiva da coordenação motora e câibras nas mãos, tornando a tarefa imprecisa, lenta, cansativa e dolorosa. Ressalta-se que tal tarefa pode ser desenvolvida com o auxílio de computador (por meio de digitação) e tempo adicional para execução.** 6. **Os documentos juntados aos autos comprovam que o autor possui anormalidade física de caráter definitivo, que limita os movimentos dos membros superiores, gerando incapacidade para o desempenho de algumas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, nos termos do art. 3º, I, do Decreto 3.298/1999.** 7. Autor cuja deficiência já foi reconhecida, por este Tribunal, nos autos 0019986-03.2013.4.01.3400 e 0023894-68.2013.4.01.3400. 8. Desse modo, a tutela jurisdicional buscada nestes autos encontra-se em sintonia com o exercício do direito constitucional previsto no art. 37, inciso VIII, da CF, e com a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. 9. Estando configurada a condição do autor como deficiente físico, não há falar em afronta ao princípio da isonomia, na medida em que tal conclusão decorre da interpretação de legislação aplicável à espécie. 10. Apelação a que se dá provimento para reconhecer a condição do autor de deficiente físico para efeito de concurso público (TRE-SP/2011), nos termos do Decreto 3.298/99.

(AC 0027893-29.2013.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES, QUINTA TURMA, e-DJF1 p.527 de 28/07/2015) (grifo nosso)

No que tange à pretensão deduzida pelo autor em seu apelo, assiste-lhe razão, tendo em vista que “não se afigura razoável aguardar o trânsito em julgado da presente decisão para que se efetivem a nomeação e posse do impetrante, eis que a questão posta nos autos encontra-se em sintonia com a jurisprudência deste colendo Tribunal e do egrégio Superior Tribunal de Justiça,

assegurando-se, assim, a garantia dos princípios da eficiência, da moralidade e da razoável duração do processo, conforme preceitua a Lei nº 9.784/99 e os dispositivos insertos nos artigos 5º, inciso LXXVIII e 37, caput, da Constituição Federal, que a todos assegura o direito à celeridade na tramitação dos processos judiciais.” (AMS 0002208-83.2014.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, QUINTA TURMA, e-DJF1 de 08/11/2017).

Com estas considerações, **nego provimento** à apelação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA e **dou provimento** à apelação do autor, para deferir, observada a ordem de classificação, sua nomeação e posse no cargo de Técnico Administrativo (Edital nº 1 – IBAMA, de 10/08/2012), independentemente do trânsito em julgado.

Oficie-se ao Sr. Presidente do IBAMA, para cumprimento imediato deste acórdão judicial.

Este é meu voto.